



Indiana Seguros S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

Demonstrações financeiras - Exercícios Fintos em 31/12/18 e 2017 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido/por ação)

Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Em 2018, a carteira de seguros Auto e Rural da Indiana Seguros, representam respectivamente 51% e 41% das operações, registrou a marca de 63 mil de veículos segurados. Acumulando outras linhas de negócios, a seguradora registrou o total de R\$191,4 milhões de prêmios emitidos. Para sustentar esta operação, a Indiana conta com ativos de R\$940 milhões e reservas de R\$254 milhões, além de um lucro líquido de R\$25 milhões e ROE de 7%. **Experiência ágil e acolhedora a clientes:** Oferecer um atendimento ágil e acolhedor é um dos principais elementos da cultura organizacional da seguradora. Com o propósito de ajudar as pessoas a aproveitarem o hoje e buscarem o amanhã com confiança, a companhia busca diariamente a eficiência e o alto desempenho dos serviços prestados. Todas as áreas são responsáveis e comprometidas com a diretrix de oferecer uma experiência de qualidade e a sinergia entre elas é fundamental para o sucesso da operação. Focada em alcançar níveis de excelência cada vez mais altos no atendimento ao consumidor, o Grupo Liberty Brasil conquistou por três anos consecutivos o Prêmio Reclame Aqui, cujo voto popular elegeu a seguradora como a melhor em seu relacionamento com os clientes. O Grupo Liberty Brasil também investe constantemente em aumentar as capacidades de autoatendimento para que seus segurados possam resolver suas questões com autonomia e no momento mais conveniente para eles. Acessando as ferramentas digitais do Grupo Liberty Brasil, é possível solicitar assistências, avisar um sinistro por meio de mensagem de

voz, acompanhar em tempo real a localização do guincho solicitado e realizar pagamentos via cartão de crédito direto no aplicativo. Pensando em oferecer vantagens que vão além de um seguro de qualidade, neste ano, o Grupo Liberty Brasil reformulou o Clube Liberty Momentos, plataforma de benefícios que oferece opções de entretenimento, descontos em restaurantes e muitas outras experiências. Dessa forma, a seguradora se faz presente no dia a dia dos segurados, para que possam aproveitar também os momentos que importam com a família e amigos. **Desenvolvimento e reconhecimento ao corretor:** O Grupo Liberty Brasil reconhece a importância do corretor para a sustentabilidade do negócio e tem como compromisso oferecer condições e conhecimentos para crescer os negócios e a carreira dos profissionais parceiros. Por isso, a seguradora promove uma série de iniciativas focadas no desenvolvimento e relacionamento com o corretor. Dentre elas, o Programa Conexão, que oferece um pacote de ações baseado em cinco pilares: comunicação, incentivo, encantamento, treinamento e inovação. Em 2018, cerca de 2.800 corretores receberam treinamentos pela plataforma do Programa, mais de 2 mil foram premiados nas campanhas de incentivo, quase 70 mil brindes foram distribuídos e 789 profissionais participaram de encontros regionais. **Inovação para construir um futuro de valor:** A inovação é um dos pilares da estratégia que move o Grupo Liberty Brasil e está baseada em três pilares: Cultura, Pesquisa e Projetos. Para cada uma dessas vertentes, a seguradora desenvolveu iniciativas que visam engajar o público interno, fornecer subsídios para que as equipes possam trabalhar a inovação no dia a dia e conectar a

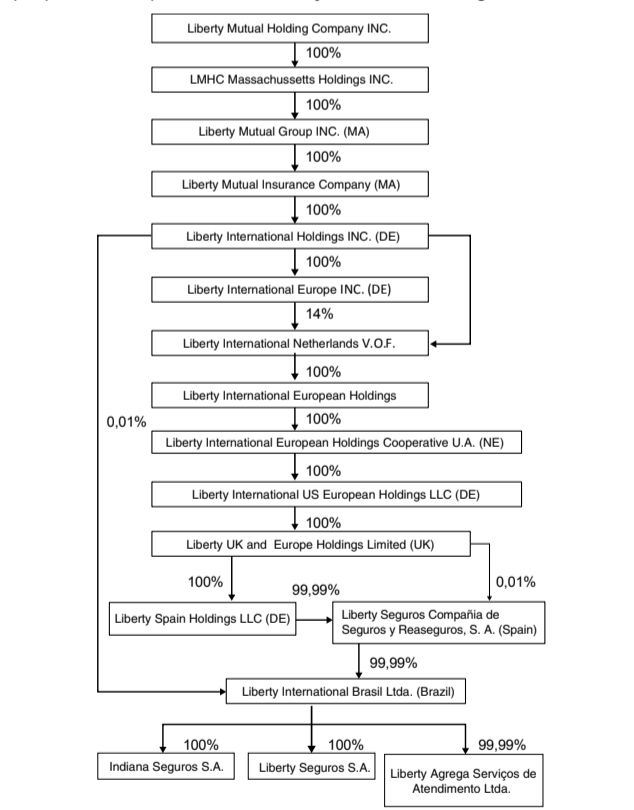
empresa com o público externo, como clientes, startups, corretores e instituições de ensino que possam agregar e fortalecer esse processo. Algumas das iniciativas de destaque são: Direção em Conta, aplicativo que, por meio da telemetria, mapeia o comportamento dos usuários enquanto dirigem e gera descontos personalizados ao usuário; e a Auto Vistória, que permite que segurados avaliem os seus veículos de forma rápida e prática, por meio do app da Liberty; Projetos como esses que levaram o Grupo Liberty Brasil, pelo segundo ano consecutivo, a ser eleita uma das Top 3 Seguradoras Mais Inovadoras no Prêmio Valor Inovação Brasil, do Valor Econômico. Para nós, o futuro tem valor e por isso acreditamos que nossa empresa e funcionários podem colaborar com o desenvolvimento sustentável da sociedade. **O Isso tem Valor** é nosso programa de Sustentabilidade, atuamos através de 3 pilares com iniciativas que buscam compensar os impactos socioambientais causados pelo nosso negócio e empoderar as pessoas no âmbito social para garantirmos um futuro de valor para as próximas gerações. Em 2018, apoiamos 9 Instituições com verba incentivada, formamos por enquanto 200 jovens com o segundo ano do "Programa Liberty Seguros de Educação Profissional" em parceria com um Centro Educacional, capacitando-os para ingressar no mercado securitário, impactamos mais de 600 mulheres com o programa Mulheres Seguras em eventos e iniciativas sociais, além de oferecer mentoria para mulheres empreendedoras através do Facebook. Ao todo, 80% dos nossos funcionários participaram de ações de voluntariado.

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/18	31/12/17
Ativo/Circulante		232.870	147.774
Disponível	5.2. e 6.	4.009	4.263
Caixa e bancos		4.009	4.263
Aplicações	5.2., 5.3. e 7.	110.469	19.688
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2.	43.539	49.255
Prêmios a receber	8.	39.520	44.315
Operações com seguradoras		18	18
Operações com resseguradoras		4.001	4.922
Outros créditos operacionais	5.2.	1.277	1.410
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	17.187	17.090
Títulos e créditos a receber	5.2.	2.791	774
Títulos e créditos a receber		749	166
Créditos tributários e previdenciários	9.	33	33
Outros créditos	10.2.	2.009	575
Outros valores e bens	10.3.	694	762
Bens a venda		591	661
Outros valores		103	101
Despesas antecipadas	5.5.	16	19
Custos de aquisição diferidos	11.	52.888	54.513
Seguros		52.888	54.513
Ativo não circulante		707.091	553.661
Realizável a longo prazo		704.951	551.672
Aplicações	5.2., 5.3. e 7.	399.310	271.311
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2.	12.394	11.123
Títulos e créditos a receber	5.2.	242.316	224.948
Créditos tributários e previdenciários	9.	70.237	65.370
Depósitos judiciais e fiscais	10.1.	172.079	159.578
Custos de aquisição diferidos	11.	50.931	44.290
Seguros		50.931	44.290
Investimentos		216	235
Imóveis destinados a renda		216	235
Imobilizado	12.	1.531	1.754
Imóveis de uso próprio		1.531	1.724
Bens móveis		-	30
Intangível		393	-
Outros intangíveis		393	-
Total do Ativo		939.961	701.435

Balancos patrimoniais	Notas	31/12/18	31/12/17
Passivo/Circulante		191.379	202.559
Contas a pagar	5.2. e 13.	12.912	12.148
Obrigações a pagar		308	385
Impostos e encargos sociais a recolher		1.830	1.959
Impostos e contribuições		5.966	3.827
Outras contas a pagar		4.808	5.977
Débitos de operações com seguros e resseguros	5.2. e 14.	21.863	25.088
Prêmios a restituir		135	245
Operações com seguradoras		2	10
Operações com resseguradoras		7.255	9.035
Corretores de seguros e resseguros		11.644	12.040
Outros débitos operacionais		2.827	3.758
Depósitos de terceiros		3.123	2.199
Provisões técnicas - seguros	5.2. e 15.	153.481	163.124
Danos		139.602	148.621
Pessoas		13.879	14.503
Passivo não circulante		277.100	254.904
Contas a pagar	5.2.	2.561	4.744
Tributos diferidos	9. e 13.	437	551
Outras contas a pagar	13.	2.124	4.193
Provisões técnicas - seguros	5.2. e 15.	100.497	89.040
Danos		87.752	76.653
Pessoas		12.745	12.387
Outros débitos	5.2. e 16.	174.042	161.120
Provisões judiciais		174.042	161.120
Patrimônio líquido		55.471.482	243.972
Capital social	17.	311.199	111.199
Reservas de capital		44	44
Reservas de reavaliação	17.	682	665
Reservas de lucros	17.	153.575	128.990
Ajuste de avaliação patrimonial		5.982	3.074
Total do Passivo		939.961	701.435

Demonstração do resultado	Notas	31/12/18	31/12/17
Demonstração do resultado do exercício			
Prêmios emitidos	5.2. e 18.1.	191.476	198.522
(+/-) Variações das provisões técnicas de prêmios	18.2.	(4.492)	(20.689)
(-) Prêmios ganhos		186.984	177.833
(-) Sinistros ocorridos	18.3.	(74.423)	(74.966)
(-) Custos de aquisição	18.4.	(81.011)	(69.346)
(-) Outras receitas e despesas operacionais	18.5.	(4.082)	(4.143)
(-) Resultado com resseguro	18.6.	(4.010)	(5.836)
(+) Receita com resseguro		13.960	10.909
(-) Despesa com resseguro		(17.970)	(16.730)
(-) Outros resultados com resseguro		-	(15)
(-) Despesas administrativas	18.7.1.	(25.534)	(28.158)
(-) Despesas com tributos	18.7.2.	(6.810)	(6.282)
(+) Resultado financeiro	18.8.	40.780	32.900
(+) Resultado patrimonial		551	749
(=) Resultado operacional		32.445	22.751
(-) Ganhos ou perdas com ativos não correntes		112	(17)
(=) Resultado antes dos impostos e participações		32.557	22.734
(+/-) Imposto de renda	18.9.	(3.811)	2.103
(+/-) Contribuição social	18.9.	(4.144)	(439)
(=) Lucro líquido do exercício		24.602	24.398
(/) Quantidade de ações	17.a. e 17.e.	37.548.261	21.005.664
(=) Lucro líquido por ação (em reais)	17.e.	0,66	1,16

Notas explicativas às demonstrações financeiras
1. Contexto operacional: A Indiana Seguros S.A. (doravante "Companhia") foi constituída em 18/05/1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. A Indiana Seguros S.A. integra o grupo Liberty Mutual, conjunto de empresas e entidades que operam em seguros e atividades correlatas, com sede em Boston, Estados Unidos. Tem como objetivo social a exploração das operações de seguros dos ramos elementares e vida em todo o território nacional, conforme definido pela legislação em vigor. A Liberty Mutual criou a Liberty International, que por sua vez possui 100% das ações da Indiana Seguros S.A. Abaixo,



Em 2008, a holding do grupo, Liberty International Brasil Ltda., concretizou a aquisição da Indiana Seguros S.A., empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros dos ramos elementares e de vida. Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Companhia oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: Automóveis; Vida; Rural; e Outros ramos. A Companhia está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar seus objetivos estratégicos e financeiros. A exposição e gerenciamento desses riscos estão divulgados na nota explicativa nº 5. As demonstrações financeiras da Companhia, para o exercício findo em 31/12/2018, foram autorizadas para emissão pela administração em 25/02/2019. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Companhia, e as notas explicativas conforme legislação em vigor. a) **Declaração de conformidade:** Em 30/07/2015, foi emitida a

Descrição	Demonstração das mutações do patrimônio líquido						
	Capital social	Aumento do capital (em aprovação)	Reserva de reavaliacão de capital	Reserva de reavaliacão estatutária	Reserva de lucros estatutária	Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados
Saldo em 31/12/2016	111.199	-	44	719	98.528	6.010	-
Reserva de reavaliação:	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	(54)	-	-	54
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	1.479	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.398
Reservas estatutárias	-	-	-	23.232	-	-	(23.232)
Reserva legal	-	-	-	-	1.220	-	(1.220)
Saldo em 31/12/2017	111.199	-	44	665	121.760	7.230	-
Aumento de capital:	-	-	-	-	-	-	-
Capital em aprovação - AGO 28/03/2018	-	200.000	-	-	-	-	200.000
Aprovação aumento de capital conforme Portaria SUSEP 936 de 07/06/2018	200.000	(200.000)	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:	-	-	-	-	-	-	-
Realização	-	-	-	17	-	-	(17)
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	2.908	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	24.602
Reservas estatutárias	-	-	-	23.355	-	-	(23.355)
Reserva legal	-	-	-	-	1.230	-	(1.230)
Saldo em 31/12/2018	311.199	-	44	682	145.115	8.460	5.982

Circular SUSEP nº 517/15 que dispõe sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos a partir da data de sua publicação. Essa Circular altera os anexos aprovados pela resolução CNSP nº 86/02 e revoga a Circular SUSEP nº 508/15. Não houve impactos relevantes que mereçam destaque nessa divulgação. As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". A Companhia efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da Companhia (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações financeiras, foram classificados como não circulantes. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. c) **Continuidade:** A administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda"; e • Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). e) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda

Demonstração do resultado abrangente	31/12/18	31/12/17
Demonstração do resultado abrangente	31.121,8	24.398
Lucro líquido do exercício	24.602	24.398
Outras receitas abrangentes		
Ajustes com títulos e valores mobiliários	4.382	2.688
Imposto de renda sobre componentes de outras receitas abrangentes	(1.474)	(1.209)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	2.908	1.479
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	27.510	25.877

Demonstração de fluxo de caixa - método indireto	31/12/18	31/12/17
Demonstração de fluxo de caixa		
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	24.602	24.398
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	173	183
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	105	68
Perda na alienação de imobilizado e intangível	76	17
Outros ajustes	2.908	1.479
	27.864	26.145

Demonstração de fluxo de caixa	31/12/18	31/12/17
Demonstração de fluxo de caixa		
Atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	24.602	24.398
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	173	183
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	105	68
Perda na alienação de imobilizado e intangível	76	17
Outros ajustes	2.908	1.479
	27.864	26.145
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(218.780)	(15.261)
Créditos das operações de seguros e resseguros	5.611	(7.199)
Ativos de resseguro	(1.368)	(2.048)
Créditos fiscais e previdenciários	(4.867)	(10.722)
Depósitos judiciais e fiscais	(12.501)	(14.846)
Despesas antecipadas	3	11
Custos de aquisição diferidos	(5.016)	(13.243)
Outros ativos	(1.816)	1.219
Impostos e contribuições	2.139	1.285
Outras contas a pagar	(3.558)	1.949
Débitos de operações com seguros e resseguros	(3.225)	2.569
Depósitos de terceiros	924	(1.463)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.814	15.460
Provisões judiciais	12.922	16.066
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	(199.854)	(78)
Atividades de investimento		
Pagamento pela compra:		
Intangível	(400)	-
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimento	(400)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	200.000	-
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	200.000	-
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(254)	(78)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.263	4.341
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	4.009	4.263
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(254)	(78)

→☆ **continuação** de acordo com as normas homologadas pela SUSEP, exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia:** - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma será efetiva para exercícios iniciados a partir de 01/01/2018, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP, que manteve o CPC 39. - IFRS 16 (CPC 06) - Operações de arrendamento mercantil: a norma apresenta mudanças que afetarão principalmente a forma como as Seguradoras deverão reconhecer e divulgar contabilmente os contratos de arrendamento, passando a ser exigido que as empresas reconheçam ativos e passivos relativos aos arrendamentos mercantis operacionais que até então não eram registradas nas Demonstrações Financeiras. A norma passa a vigorar a partir de 1º/01/2019 e a Companhia está analisando os impactos da aplicação desse normativo. - IFRS 17 - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro cedidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **3. Políticas contábeis:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Disponível:** Disponível inclui dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) **Ativos financeiros:** *i. Classificação e mensuração:* A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Disponíveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; e • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Companhia para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como *“day-one profits/losses”*) são reconhecidas no resultado do período somente quando a Companhia possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Companhia utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Companhia se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. *ii. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Esta categoria compreende duas sub-categorias: *Ativos financeiros detidos para propósito de negociação:* A Companhia classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:* Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. *iii. Recebíveis:* Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Companhia nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Companhia compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável (*“Impairment”*) a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.1.). *iv. Ativos financeiros disponíveis para venda:* Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizados) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta “ajustes com títulos e valores mobiliários”, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de *“Impairment”*) na nota explicativa nº 3.1.). *v. Determinação de valor justo de ativos:* Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em *“bid price”*, também conhecido como “preço de oferta” e que representa o preço pelo qual um investidor estaria disposto a pagar por um determinado título. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria Companhia. *c) Ativos não financeiros mantidos para venda:* A Companhia detém certos ativos mantidos para a venda que são oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados à venda dos ativos e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Companhia elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. *d) Ativo imobilizado de uso próprio:* O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Companhia e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios, e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31/12/2008 (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado, com base em avaliações efetuadas por peritos independentes). Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da

alienação, troca ou descarte desses bens. e) **Ativos intangíveis:** *i. Softwares:* Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocados as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para *“Impairment”* periodicamente pela Companhia. *ii. Licenças de uso de softwares adquiridas:* As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. *f) Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (“Impairment”):* *i. Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):* A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo (ou grupo de ativos) classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis apresenta perda de seu valor recuperável (*“Impairment”*). Para esta análise a Companhia utiliza diversos fatores, observáveis que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como *“default”* ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente não significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Companhia utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Companhia poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo a Companhia agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Companhia avalia periodicamente os prêmios vencidos e constitui uma provisão, de acordo com estudo atualizado semestralmente (vide nota explicativa nº 8). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos, que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual, não são incluídos na base de cálculo coletivo. A Companhia designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”, o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Companhia utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável *“Impairment”*. *ii. Ativos avaliados ao valor justo:* A Companhia avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como “disponível para a venda” apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital, a Companhia avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com valor recuperável registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar, e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data em que a perda foi inicialmente reconhecida. *iii. Ativos não financeiros:* Os ativos não financeiros que não possuem vida útil definida, como terrenos, por exemplo, não são depreciados e são testados para perda de seu valor recuperável anualmente. Ativos não financeiros sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para perda quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja mais recuperável. A redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período para o valor contábil do ativo que exceder o valor recuperável conforme CPC 01. *g) Contratos de arrendamento mercantil (“leasing”): Arrendamentos operacionais:* Os pagamentos feitos pela Companhia referente aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. A Companhia possui contratos de arrendamento operacional para equipamentos de informática. *h) Contratos de seguro e contratos de investimento - Classificação:* As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular nº 517/15 e alterações posteriores, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Adicionalmente, a Companhia contrata prestadores de serviço, tais como: chafeiros, assistência 24 horas, vidros, etc. que são avaliados para fins de classificação de contratos, sendo classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. *i) Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro e resseguro:* *i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro:* Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) desses ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. *ii. Passivos de contratos de seguro:* A Companhia utilizou as diretrizes da Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras. A Companhia não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexa (ou *“Shadow Accounting”*), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o CPC 38, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Companhia não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Companhia não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. *j) Provisões técnicas - seguros:* As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. Os Custos de Aquisição Diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariadas. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. A Provisão de Prêmios Não Ganhos -

PPNG é calculada “pro rata” dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de *“run-off”* de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim, essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Companhia, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. *k) Passivos financeiros:* As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo. Quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explícita no contrato), a Companhia utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Companhia para este propósito. *l) Teste de adequação dos passivos - TAP:* A Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, instituiu o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Companhia deve avaliar, a cada data-base, se o seu passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, esta deficiência que poderá ser líquida da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria “mantido até o vencimento”, e que sejam utilizados como base de apuração do cálculo de excedentes financeiros deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Companhia considerou a segmentação estabelecida pela SUSEP na Circular nº 517/15 e alterações posteriores, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Companhia, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores. *m) Outras provisões, ativos e passivos contingentes:* A Companhia reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construída) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Companhia constituiu provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cujo exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal”. As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e cíveis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas pela Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo. *n) Capital social:* As ações emitidas pela Companhia são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Companhia não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. *o) Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas:* *i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:* As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Companhia e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. *ii. Receita de juros e dividendos recebidos:* As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável (*“Impairment”*), a Companhia reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. *iii. Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo:* As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. *Obrigações por aposentadorias:* As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. *Outros benefícios de curto prazo:* Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. *Benefícios pós-emprego:* A Companhia não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo como benefício pós-emprego. *p) Imposto de renda e contribuição social:* A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Companhia reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são

continua →☆

→ **continuação** reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável anual acima de R\$ 240 por exercício. O Governo Federal editou em 22/05/2015, a Medida Provisória nº 675/15, convertida na Lei nº 13.169/2015 de 06/10/2015, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 15% para 20% a partir de 01/09/2015, sendo que tal alteração será válida até 31/12/2018, retornando a alíquota de 15% a partir de 01/01/2019. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até agosto/2015, e 20% a partir de setembro de 2015, (vide nota explicativa nº 18.9.). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (terrenos e edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "liability method" segundo o CPC 32) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. **4. Estimativas e julgamentos contábeis:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **i. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Companhia é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Companhia utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuariários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Companhia divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. **ii. Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Companhia possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão amparados pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Companhia utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. **iii. Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 39, a Companhia aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para venda", ativos "mensurados ao valor justo através do resultado" e "mantidos para negociação". Nesse processo a Companhia estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Companhia divulga na nota explicativa nº 5.3., informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. **iv. Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9. **5. Gerenciamento de riscos:** A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Companhia dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas responsabilidades, procedimentos e ações internas. A administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Companhia. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Companhia dispõe das áreas de Auditoria Interna e Governança Corporativa, responsáveis por controles internos, SOX, compliance e normas. Para administrar os riscos aos quais a Companhia está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificação e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Companhia dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência. **5.1. Gestão de risco de seguro:** Como parte de sua política de gestão de riscos, a Companhia possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Companhia, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Companhia diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Companhia busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 18.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

	31/12/18		31/12/17		
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens	Exposição máxima ao risco de seguro (a)	Quantidade de segurados/ itens	
Modalidade	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	
Automóvel	4.469.327	4.411.193	30.426	14.662.584	14.471.863
Rural	10.666.358	9.285.529	67.208	12.371.185	10.769.655
Vida	1.922.169	1.918.112	18.996	2.048.857	2.044.533
Total	17.057.854	15.614.834	116.630	29.082.626	27.286.051
					198.017

(a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-base. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutuamente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a Importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Companhia realiza testes de sensibilidade para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: • Sinistralidade - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; • Despesas administrativas - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas; Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas:

I) Auto

Premissas	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(4.886)	(4.379)	(5.118)	(4.677)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(817)	(817)	(1.179)	(1.179)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	424	424	395	395
Total	(5.279)	(4.772)	(5.902)	(5.461)

II) Danos - exceto Auto

Premissas	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(3.656)	(3.239)	(3.023)	(2.537)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(1.430)	(1.430)	(1.338)	(1.338)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	1.434	1.434	1.341	1.341
Total	(3.652)	(3.235)	(3.020)	(2.534)

III) Vida

Premissas	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/18		31/12/17	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(808)	(805)	(751)	(749)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(255)	(255)	(277)	(277)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	280	280	311	311
Total	(783)	(780)	(717)	(715)

A Companhia demonstra nos quadros abaixo a composição de prêmios cedidos em resseguro em 31/12/2018 e 2017:

Ramo	Prêmios emitidos		Prêmios cedidos em resseguro			
	líquidos de cosseguro		líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Automóvel	97.100	105.446	10.133	8.829	10%	8%
Rural	77.760	75.223	8.334	9.713	11%	13%
Vida	16.522	17.760	70	37	0%	0%
Demais ramos	94	93	2	1	2%	1%
Total	191.476	198.522	18.539	18.580	10%	9%

a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Ressegurador	Classe	Categoria de Risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
			31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
			Catlin Re Switzerland Ltd	Admitido	A	4.851
XL Re Latin America	Admitido	A	(5)	1.745	0%	9%
Lloyd's	Admitido	A+	137	555	1%	3%
Everest Reinsurance Company	Admitido	A+	38	–	0%	0%
General Reinsurance Ag	Admitido	AA+	8	–	0%	0%
IRB Brasil Resseguradores S.A.	Local	Sem Rating	10.051	9.518	54%	51%
Munich RE do Brasil Resseguradora S.A.	Local	Sem Rating	99	138	1%	1%
Mapfre do Brasil Cia de Resseguro	Local	Sem Rating	75	140	0%	1%
Markel Resseguradora do Brasil S.A.	Local	Sem Rating	47	315	0%	2%
Austral Resseguradora S/A	Local	Sem Rating	7	–	0%	0%
XL Resseguros Brasil S.A.	Local	Sem Rating	3.231	3.155	17%	17%
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local	Sem Rating	–	26	0%	0%
Total			18.539	18.580	100%	100%

(*) A Companhia utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP.

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ramo	Ativos de resseguro									
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL/PDR		IBNR		IBNER	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Automóvel	17.502	17.349	36	88	2.131	1.324	75	17	(14)	43
Rural	8.287	7.633	231	364	890	1.189	125	141	281	(2)
Vida	33	63	–	–	–	–	–	–	–	–
Demais ramos	1	1	–	–	3	3	–	–	–	–
Total	25.823	25.046	267	452	3.024	2.516	200	158	267	41

5.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez: A Companhia está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Companhia utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Companhia tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Companhia possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. O Grupo Liberty tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulação local e também de acordo com a política mundial do Grupo Liberty para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de seguro detidos pela Companhia e seus passivos, por vencimento:

Composição da carteira	Até 1 Acima de Saldo contábil			
	Saldo contábil ano	1 ano	31/12/18	31/12/17
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro				
- Disponíveis para venda				
Ativos prefixados				
Públicos	108.120	399.143	507.263	270.442
Ativos pós-fixados				
Públicos	–	–	–	19.635
Privados	2.296	–	2.296	–
Fundos de Investimento	–	167	167	869
Fundos e reservas retidos pelo IRB	53	–	53	53
- Recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	39.520	–	39.520	44.315
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	4.019	–	4.019	4.940
Outros créditos operacionais	1.277	–	1.277	1.410
- Ativos de resseguro	17.187	12.394	29.581	28.213
- Títulos e créditos a receber	749	–	749	166
- Outros créditos	2.009	–	2.009	575
- Depósitos judiciais e fiscais	–	172.079	172.079	159.578
- Disponível (vide nota explicativa nº 6)	4.009	–	4.009	4.263
Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro	179.239	583.783	763.022	534.459
Passivos				
Contas a pagar	12.912	2.561	15.473	16.892
Débitos de operações com seguros e resseguros	21.863	–	21.863	25.088
Provisões técnicas - seguros	153.481	100.497	253.978	252.164
Outros débitos - provisões judiciais	–	174.042	174.042	161.120
Total dos passivos	188.256	277.100	465.356	455.264

Embora haja um descasamento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Companhia classificados como disponíveis para venda, cujo vencimento é acima de um ano, tem liquidez imediata.

5.3. Gestão de risco de mercado: A Companhia possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: • **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; • **Nível 2:** inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • **Nível 3:** inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	31/12/18			31/12/17		
	Nível 1	Nível 2	Consolidado	Nível 1	Nível 2	Consolidado
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro - LFT	–	–	–	19.635	–	19.635
Letras do tesouro nacional - LTN	473.369	–	473.369	242.713	–	242.713
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	33.894	–	33.894	27.729	–	27.729
Títulos privados						
Fundos de Investimento - não exclusivos	167	–	167	869	–	869
CDBs	–	2.296	2.296	–	–	–
Fundos e reservas retidos pelo IRB	–	53	53	–	53	53
Total dos ativos financeiros	507.430	2.349	509.779	290.946	53	290.999

(*) A Companhia não detém ativos financeiros classificados de acordo com o Nível 3. A Companhia utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração os cenários históricos e cenários de condições de mercado previsto para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Para a correta análise de sensibilidade e dos testes de stress utilizamos a metodologia do VaR, que pode ser resumida como a medida de quanto uma carteira de investimento poderá depreciar durante certo horizonte de tempo, com certa probabilidade. A grande motivação para o uso do conceito de VaR é que este integra o risco de todo o ativo/passivo em uma única medida numérica, resumindo o risco total, por exemplo, de um banco para acompanhamento por sua diretoria. A grande deficiência do conceito de VaR é que risco é um conceito multidimensional, logo a integração do risco total de uma instituição em uma única medida numérica requer simplificações. Na política de investimentos, utiliza-se o método VaR para o cálculo do risco, que é calculado em dias úteis e com 95% de intervalo de confiança. Nas análises trabalha-se com um VaR globalizado máximo de 0,5% sendo que os valores atuais, gerados através do teste de stress, está em 0,215%. A tabela a seguir apresenta o teste de sensibilidade, que leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Companhia:

Ativos financeiros	Impactos no resultado e no patrimônio líquido							
	Variação			e no patrimônio líquido				
	Disponíveis para venda	31/12/18	31/12/17	Premissa	% 31/12/18	% 31/12/17		
Prefixado	507.263	270.442	Taxa de juros prefixada	10,0%	(4.832)	-1,0%	(2.796)	-1,0%
Pós-fixado	2.463	20.504	Taxa Selic	10,0%	(15)	-0,6%	(143)	-0,7%
IRB	53	53	Índice de preços	10,0%	–	0,0%	–	0,0%
Total	509.779	290.999	Naõ há	–	–	0,0%	–	0,0%
					(4.847)	-1,0%	(2.939)	-1,0%

5.4. Gestão de risco de crédito: A Companhia possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Conseqüentemente, existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos na política. O saldo de contas a receber está distribuído entre diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total dos prêmios líquidos, nem do saldo a receber. A administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perda sobre créditos, apurada de acordo com um estudo de inadimplência que determina, por faixa de vencimento e por grupo de risco (exemplo: Automóveis, vida em grupo, etc.), um percentual estimado de perda para as apólices vencidas. O estudo é atualizado semestralmente. Vide nota explicativa nº 8. A política de investimentos da Companhia apresenta as seguintes premissas: preservação do capital, a maximização de retorno dentro dos limites da prudência, liquidez, cobertura de reserva, margens de solvência e desempenho estável e previsível. Seguindo a política de investimentos, a administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Companhia pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Companhia adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco esteja entre "AA" até "BB", ou seja, bancos que apresentem solidez financeira de excepcional até adequada. A aplicação de recursos da Companhia se dá através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança. Apresentamos abaixo um quadro contendo a segregação dos ativos constantes na carteira de investimentos pelos seus respectivos ratings de escala internacional da Standard & Poor's. Para os títulos que não possuem rating em escala internacional, foi utilizada a escala nacional de classificação, também divulgadas pela Standard & Poor's. Os títulos que não possuem rating foram classificados no grupo "Sem rating".

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Internacional			Saldo	
	A+	A	BB	Saldo contábil	Saldo contábil
	rating	rating	rating	31/12/18	31/12/17
Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro					
- Disponíveis para venda					
Ativos prefixados	–	–	507.263	–	507.263
Ativos pós-fixados					
Públicos	–	–	–	–	19.635
Privados	–	–	2.296	–	2.296
Fundos de investimento	–	–	167		

—☆continuação 5.5. Gestão de risco de capital: A Companhia executa suas atividades de gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório para o segmento de seguro e para o segmento financeiro, segundo critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo CNSP e pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizados pela Administração consideram ambos “capital regulatório” e “capital econômico” segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Companhia. A estratégia de gestão de risco de capital consiste na maximização do valor do capital da Companhia por meio da diversificação de suas operações nos diferentes ramos de seguros e canais de vendas, e da melhoria contínua dos processos de precificação e subscrição, com o objetivo de otimização do resultado técnico. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico periódico da Companhia. Os principais objetivos da Companhia em sua gestão de capital são: (i) manter níveis de capital suficientes para atender requerimentos regulatórios mínimos determinados pelo CNSP e pela SUSEP; e (ii) otimizar retornos sobre o capital para os acionistas. Durante o exercício, a Companhia manteve os níveis de capital dentro dos requerimentos mínimos regulatórios. Os detalhes do cálculo do patrimônio líquido ajustado para a Companhia, em 31/12/18 e 2017, estão representados no quadro a seguir:

Table with financial data for 31/12/18 and 31/12/17. Columns include Patrimônio líquido, Deduções: Despesas antecipadas, Crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa, etc.

Table titled 'Ativos financeiros disponíveis para venda' comparing 31/12/18 and 31/12/17. It lists various assets like Títulos de renda fixa, Fundos de Investimento, and CDBs.

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro não exclusivos foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Companhia aplica seus recursos, e dos CDBs foi apurado com base no percentual da taxa de mercado contratada (CDI). O valor de mercado dos demais títulos classificados como “disponíveis para venda” foi calculado com base no “Preço Unitário de Mercado” em 31/12/2018 e 2017, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31/12/2017 e 31/12/2018:

Table titled 'Ativos financeiros disponíveis para venda' showing applications, redemptions, and yields for 31/12/17 and 31/12/18.

8. Prêmios a receber

Table detailing premium receivables by category (Automóvel, Rural, Vida, Demais ramos) and their components like Prêmios emitidos líquidos and Receita adicional de fracionamento.

Prêmios pendentes em 31/12/2018

Table showing outstanding premiums by maturity period (Aging) from 1 to 60 days up to above 365 days.

(*) O saldo de RVNE no montante de R\$ 2.753 (R\$ 5.429 em 2017) foi alocado na coluna “A vencer - 1 a 60 dias”. 9. Créditos tributários e previdenciários: O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31/12/2018 e 2017, referem-se a:

Table showing tax and social contribution credits. It includes subtotals for circulating and non-circulating amounts, and details on income tax and social contribution credits.

(a) Abaixo apresentamos os salvados a venda abertos por tempo de registro: Table showing the breakdown of tax credits by type (Automóveis) and amount.

Capital mínimo requerido-CMR (maior entre (a) ou (b))

Table showing the required minimum capital (CMR) with components like Patrimônio líquido ajustado and Suficiência de capital.

(*) Conforme resolução CNSP nº 343/2016, a partir de 2016 há exigência de ajustes no patrimônio líquido decorrente de efeitos econômicos. (**) Conforme resolução CNSP nº 321/2015, a partir de 2016 há exigência do cálculo do risco de mercado. (***) 20% do capital de risco deduzido do superávit de fluxo de prêmios/contribuições.

5.6. Gestão de risco operacional: A estrutura de gerenciamento de risco operacional da Companhia também compreende as áreas de Auditoria Interna e de Governança Corporativa. A área de Auditoria Interna, entre suas responsabilidades e objetivos, avalia: • O nível de aderência às políticas internas e regulamentos; • A efetividade dos sistemas de controles para minimizar os riscos de negócios derivados da aplicação de tecnologia, incluindo revisões de controles gerais, softwares, infraestrutura tecnológica e processos integrados de negócios; e • A acuracidade e a confiança que pode ser depositada nas informações geradas. A área de Governança Corporativa tem como objetivos: • Monitorar e assegurar, em conjunto com as demais áreas da Companhia, a implantação, adequação, fortalecimento e o funcionamento do sistema de controles internos da Companhia, procurando mitigar os riscos de acordo com a complexidade de seus negócios, como também disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis, regulamentos vigentes, e alinhamento com as melhores práticas internacionais; • Garantir aderência aos fatores relacionados acima, através de mecanismos que tentam reduzir ou eliminar possíveis conflitos de interesse; e • Estabelecer princípios e elementos relacionados com políticas internas, objetivando a transparência das informações e proteção dos acionistas, clientes, funcionários e demais interessados.

6. Disponível Bancos: Total de disponível 4.009 e 4.263.

7. Ativos financeiros: A composição dos títulos classificados como disponíveis para venda, comparando seu valor de mercado com o seu valor de curva, está representada no quadro abaixo:

Table showing the composition of available financial assets, including investments, adjustments, and market values for 31/12/18 and 31/12/17.

O valor de mercado dos títulos classificados como “disponíveis para venda” foi calculado com base no “Preço Unitário de Mercado” em 31/12/2018 e 2017, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31/12/2017 e 31/12/2018:

Table showing the movement of financial applications, including credits, debits, and interest for 31/12/17 and 31/12/18.

A movimentação dos impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido em 31/12/2018 e 2017 foram:

Table showing the movement of deferred taxes for 31/12/18 and 31/12/17.

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, que destacamos, a reestruturação das operações ocorridas no passado bem como o plano de negócios da Companhia para os próximos exercícios. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses créditos. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo decorrente de prejuízo fiscal e base negativa serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam compensados com os lucros futuros. As diferenças temporárias são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Table showing the estimation of credit realization over periods 2019, 2020, 2021, and Total.

Table showing the breakdown of tax credits by type (Automóveis) and amount, including subtotals for circulating and non-circulating amounts.

agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição que apresentam relação direta com contratos de seguro, e apresentam a seguinte composição:

Table showing the composition of acquisition costs for 31/12/18 and 31/12/17, including categories like Automóvel, Rural, Vida, Demais ramos, Total, Circulante, Não circulante.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31/12/2018 e 31/12/2017:

Table showing the movement of deferred acquisition cost for 31/12/2018 and 31/12/2017, including subtotals and tax impacts.

Table titled '13. Contas a pagar' showing liabilities like Obrigações a pagar, Impostos e encargos sociais, Fornecedores, etc.

Table titled '14. Débitos de operações com seguros e resseguros' showing insurance and reinsurance debits.

Table titled '15. Provisões técnicas - seguros' showing technical provisions for insurance.

Table titled 'Provisões técnicas de contratos de seguros' showing technical provisions for insurance contracts.

Table titled 'Provisão de prêmios não ganhos e despesas relacionadas' showing provisions for non-earned premiums and related expenses.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (a)' showing provisions for occurred but insufficiently reported claims.

Table titled 'Provisão de prêmios não ganhos' showing provisions for non-earned premiums.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.

Table titled 'Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNER' showing provisions for occurred but not reported claims.



→ continuação

15.1 Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos: Total das provisões técnicas (a) (-) Operações com resseguradoras (-) Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa n° 7) (-) Custos de aquisição diferidos (i) (-) Direitos creditórios (ii) Exclusões (b) (=) Montante a ser garantido (c) = (a-b) Títulos de renda fixa - públicos Garantias das provisões técnicas (d) (-) 20% do capital de risco (vide nota explicativa n° 5.5) (e) (iii) (=) Suficiência (d-c-e)

(i) Somente são oferecidos os custos de aquisição diferidos já quitados. (ii) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer líquido de adicional de fracionamento, custo de apólice, parcelas vencidas e não quitadas ou parcelas de prêmios cedidos em resseguro ou cosseguro. (iii) 20% do capital de risco deduzido o superavit do fluxo de prêmios/contribuições. 15.2 Desenvolvimento de sinistros ocorridos: As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros judiciais e administrativos ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplem os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2018 contempla a ocorrência de janeiro de 2018 a dezembro de 2018:

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Pago Acumulado (*)

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Mês/ano de ocorrência: Incorrido mais IBNR (i) Até a data-base: Um ano mais tarde: Dois anos mais tarde: Três anos mais tarde: Quatro anos mais tarde: Cinco anos mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Valores líquidos de resseguro administrativos (em milhões de reais) Mês/ano de ocorrência: 2007 2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 Total Seis anos mais tarde: Sete anos mais tarde: Oito anos mais tarde: Nove anos mais tarde: Dez anos ou + mais tarde: Posição em 31/12/18 Provisão de sinistros em 31/12/18 (i) Diferença entre estimativa inicial e final Diferença % entre estimativa inicial e final

Provisão de sinistros judiciais Provisão de sinistros administrativos Total da provisão de sinistros (-) IBNR (-) Despesas relacionadas (=) Total da provisão de sinistros (vide nota explicativa n° 15) Sempre em busca das melhores práticas, a Companhia vem constantemente analisando o comportamento de seus sinistros e demais valores associados, testando e implementando alterações metodológicas em seu processo de cálculo de reservas, visando a melhor estimativa de suas obrigações futuras. 15.3 Movimentação de saldos patrimoniais de contratos de seguro: As tabelas a seguir apresentam a movimentação dos saldos de passivos de contratos de seguro entre 31/12/2017 e 31/12/2018: Saldo em 31/12/2017 (+) Constituições decorrentes de prêmios (-) Diferimento pelo risco decorrido (+) Aviso de sinistros (-) Pagamento de sinistros (+/-) Ajuste de estimativa/Cancelamento de sinistro (+) Atualização monetária e juros Saldo em 31/12/2018

16. Provisões judiciais e sinistros judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, trabalhista, cível e sinistros. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparadas pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores legais externos. Os saldos das provisões constituídas são os seguintes:

31/12/18 Valor reclamado provisionado Quantidade reclamado provisionado Tributaría (a) Perda provável Perda possível Subtotal Cível (b) Perda provável Perda remota Subtotal Trabalhista (c) Perda provável Perda remota Subtotal Sinistro judicial (d) Perda provável Perda possível Perda remota Subtotal

A Companhia não possui processos judiciais classificados com probabilidade de perda possível. (a) Contingências tributárias. A Companhia contesta judicialmente a exigibilidade de certos tributos e contribuições. Até a obtenção de sentença final favorável, os processos que se encontram na esfera judicial são provisionados na forma da legislação que instituiu a exigibilidade, levando em consideração o conceito de obrigação legal. As principais discussões são:

• A Companhia contesta a cobrança de ISS - Imposto sobre Serviços retido na fonte pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, no valor de R\$ 547 (R\$ 525 em 2017). • A Companhia discute a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98 e obteve, perante o Tribunal Regional Federal da 3ª região, em fevereiro de 2006, liminar para depositar em juízo o valor relativo à COFINS, cujos valores não recolhidos estão provisionados na rubrica "Provisões Judiciais" no montante de R\$ 165.052 (R\$ 152.232 em 2017). Para este processo, a Companhia obteve trânsito em julgado favorável em 2012 para o não recolhimento da Cofins sobre receitas financeiras e demais, porém, mantém os valores provisionados contabilmente pelo total das Receitas, pois existem recursos extraordinários e especial interpostos, pendentes de julgamento. • Companhia constituiu provisão e depósito judicial no montante de R\$ 1.634 (R\$ 1.634 em 2017), em função de perda na discussão de auto de infração na esfera administrativa, relacionado à dedução das despesas financeiras e adição de outras receitas operacionais na base de cálculo do PIS, correspondente ao período de março a dezembro de 1998 e no exercício de 2002. • Em novembro de 2014, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, no montante de R\$ 59.114. Em 31/12/2018 o montante atualizado é de R\$ 81.277 (R\$ 77.987 em 2017). A questão tratada no presente auto de infração diz respeito à invalidade da amortização, para fins tributários, do ágio oriundo da compra Liberty International Brasil Ltda. da empresa Indiana Seguros S.A. ocorrida em 2008, de acordo ao previsto na legislação em vigor à época. A Administração, consubstanciada na opinião de seus assessores legais externos, avalia a probabilidade de perda desta causa na esfera judicial como possível, e, portanto, não constituiu qualquer provisão para eventuais decisões desfavoráveis. (b) Contingências cíveis: As ações cíveis impetradas por segurados são relacionadas, em sua maioria, a reclamação por danos morais oriundas de sinistros que estão sob discussão judicial, ou que foram negados pela Companhia, ou ainda a discussão pelo pagamento de eventos não cobertos nos contratos de seguro. A administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões jurídicas, no montante de R\$ 1.113 (R\$ 1.762 em 2017). (c) Contingências trabalhistas: A Companhia é parte em diversas ações de natureza trabalhista e os pedidos mais frequentes referem-se a vínculo empregatício, horas extras, verbas rescisórias e equiparação salarial. São realizados acompanhamentos periódicos para cada ação e a administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos, considera que os valores provisionados são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões judiciais, no montante de R\$ 5.544 (R\$ 4.495 em 2017). (d) Contingências relacionadas a sinistros: Na provisão de sinistros a liquidar, no valor de R\$ 27.486 (R\$ 27.275 em 2017), vide nota explicativa nº 15, foram registrados os sinistros em discussão judicial, no montante de R\$ 15.599 (R\$ 14.410 em 2017). Esses sinistros foram provisionados com base nos valores estimados pelos consultores legais e pelo departamento jurídico da Companhia, com base na experiência histórica das áreas técnicas para cada ramo de seguro. A movimentação das contingências passivas foram:

Contingências Tributária Cível Trabalhista Sinistro judicial Saldo inicial em 31/12/2017 (+) Novas constituições no exercício (a) (-) Total pago no exercício (b) (-) Baixa da provisão por êxito (c) (+/-) Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades (d) (+) Alteração da provisão por atualização monetária e juros (e) Saldo final em 31/12/2018 (a + b + c + d + e)

Quantidade de processos com probabilidade de perda provável Depósitos judiciais em 31/12/2017 (vide nota explicativa nº 10.1.) Depósitos judiciais em 31/12/2018 (vide nota explicativa nº 10.1.)

17. Capital social e reservas: (a) Capital social: O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 311.199 (R\$ 111.199 em 2017) e está representado por 37.548.261 ações nominativas e sem valor nominal (21.005.664 ações em 2017), sendo: • 30.673.261 (14.130.664 em 2017) ações ordinárias; • 6.875.000 (6.875.000 em 2017) ações preferenciais. (b) Aumento de capital: A Companhia aumentou seu capital social em R\$ 200.000, elevando-o para R\$ 311.199, de acordo com assembleia geral ordinária realizada em 28/03/2018, aprovado pela SUSEP em 07/06/2018, conforme portaria nº 936. (c) Reserva de reavaliação: Refere-se à reavaliação dos imóveis, líquidos dos efeitos tributários e das realizações mensais da reserva que serão mantidas até a sua efetiva realização. Em 31/12/2018, o saldo de reavaliação de imóveis totalizou R\$ 682 (R\$ 665 em 2017). (d) Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo anual de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Não foram provisionados dividendos no exercício por inexistir intenção de distribuição. (e) Reserva de lucros: Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição da reserva legal, efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita a deliberação em Assembleia Geral. Em 31/12/2018, a Companhia possui saldo de reserva de lucros no montante de R\$ 153.575 (R\$ 128.990 em 2017), sendo reserva estatutária R\$ 145.115 (R\$ 121.760 em 2017), e reserva legal R\$ 8.460 (R\$ 7.230 em 2017). (f) Resultado por ação: O lucro líquido por ação da Companhia, em 31/12/2018 e 2017 é calculado pela divisão da quantidade de ações nominativas e sem valor nominal. O cálculo do lucro líquido por ação é demonstrado na tabela apresentada a seguir:

31/12/18 31/12/17 Lucro líquido do exercício Quantidade de ações Lucro líquido por ação (em reais) 18. Detalhamento de contas da demonstração de resultado: 18.1. Prêmios emitidos: Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos e restituições. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

—☆—continuação—

	31/12/18	31/12/17
	Premios emitidos líquidos de cosseguro (a)	Premios emitidos líquidos de cosseguro (a)
Automóvel	97.100	105.445
Rural	77.760	75.223
Vida	16.522	17.760
Demais ramos	94	94
Total	191.476	198.522

(a) Os prêmios emitidos líquidos de cosseguro por região geográfica estão assim compostos:

Bruto de resseguro em 31/12/18		31/12/17				
Demais						
Região geográfica	Automóvel	% Rural	% Vida	% Total	% Total	% Total
Centro-Oeste	11.706	12%	28.667	37%	1.483	9%
Nordeste	16.383	17%	2.472	3%	2.120	13%
Norte	9.292	10%	1.179	2%	207	1%
Sudeste	38.549	40%	13.302	17%	6.662	40%
Sul	21.170	22%	32.140	41%	6.050	37%
Total	97.100	100%	77.760	100%	16.522	100%

18.2. Variações das provisões técnicas de prêmios: As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/18	31/12/17
Provisão de prêmios não ganhos		
Total da variação das provisões técnicas	(4.492)	(18.837)

18.3. Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguro. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguro				Líquido de resseguro			
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
Automóvel	39.339	44.923	40%	44%	31.360	39.673	36%	42%
Rural	34.236	27.673	47%	46%	28.255	22.014	43%	42%
Vida	848	2.349	5%	16%	848	2.349	5%	16%
Demais ramos	—	21	0%	26%	—	20	0%	26%
Total	74.423	74.966	40%	42%	60.463	64.056	36%	40%

18.4. Custos de aquisição diferidos

	31/12/18	31/12/17
Automóvel	44.942	38.410
Rural	25.128	20.607
Vida	10.909	10.301
Demais ramos	32	28
Total	81.011	69.346

18.5. Outras despesas operacionais

	31/12/18	31/12/17
Provisão para risco de créditos	(112)	(68)
Despesas com operação de seguros	(4.266)	(3.600)
Despesas com rastreador	(109)	(134)
Provisões cíveis	405	(341)
Total de outras despesas operacionais	(4.082)	(4.143)

18.6. Resultado com resseguro

	31/12/18	31/12/17
Receita com resseguro	13.960	10.909
Indenizações de sinistros	13.650	10.687
Despesa com sinistros	267	200
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	43	22
Despesa com resseguro	(17.970)	(16.730)
Prêmios de resseguros	(20.266)	(20.090)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	736	2.151
Comissões sobre prêmio de resseguro	1.727	1.510
Variação despesa de comercialização diferida	(141)	(301)
Salvados e ressarcidos	(26)	—
Outros resultados com resseguro	—	(15)
Total de resultado com resseguro	(4.010)	(5.836)

18.7. Despesas operacionais: 18.7.1. Despesas administrativas

	31/12/18	31/12/17
Despesa convênio com Liberty (vide nota explicativa nº 19.a)	(21.506)	(20.729)
Despesas com pessoal	(1.128)	(3.665)
Localização e funcionamento	(651)	(895)

	31/12/18	31/12/17
Serviços de terceiros	(1.169)	(1.987)
Depreciação/amortização	(154)	(163)
Publicidade e propaganda	(102)	(131)
Outras	(824)	(588)
Total	(25.534)	(28.158)
18.7.2. Despesas com tributos		
PIS	(732)	(857)
COFINS	(4.507)	(5.265)
Taxa de fiscalização	(1.597)	(1.164)
IPVA de salvados	300	1.279
Outras	(274)	(275)
Total	(6.810)	(6.282)
18.8. Resultado financeiro	31/12/18	31/12/17
Receitas financeiras	50.021	43.639
Rendimentos títulos da dívida pública	39.365	31.049
Rendimentos CDB	500	557
Rendimentos fundos de investimentos - não exclusivos	37	93
Receitas com operação de seguros	1.698	1.992
Atualização monetária	7.585	8.823
Outras receitas financeiras	836	1.125
Despesas financeiras	(9.241)	(10.739)
Despesas com operação de seguros	(1.164)	(1.804)
Atualização monetária	(7.606)	(8.858)
Outras despesas financeiras	(471)	(77)
Total de resultado financeiro	40.780	32.900

18.9. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/18	31/12/17	31/12/18	31/12/17
Resultado antes da provisão do imposto de renda, da contribuição social e após participações	32.557	22.734	32.557	22.734
IRRF à alíquota de 25% e CSLL à alíquota de 20%	(8.139)	(5.686)	(6.511)	(4.547)
Diferenças temporárias	1.361	1.823	816	1.458
Diferenças permanentes	2.988	871	2.750	(60)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	(2.862)	(2.260)	(2.395)	(1.072)
Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social	(6.652)	(5.252)	(5.340)	(4.221)
Ajuste provisão de perda IR/CSLL	4.343	7.792	2.776	4.675
(Realização)/Constituição de créditos tributários	(1.502)	(437)	(1.580)	(893)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(3.811)	2.103	(4.144)	(439)
Alíquotas efetivas (%)	-12%	9%	-13%	-2%

19. Transações com partes relacionadas: A administração identificou como partes relacionadas à Companhia, as seguintes empresas do grupo: Liberty Seguros S.A., Liberty Mutual Insurance Co. e Liberty Syndicates, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. (a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/18		31/12/17		31/12/18	31/12/17
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo		
Liberty Seguros S.A. (i)	—	1.996	—	2.092	(21.506)	(20.730)
Liberty Mutual Insurance Co. (ii)	—	59	—	34	(609)	(392)
Transações de resseguro:						
Liberty Mutual Insurance Co. (iii)	1	22	1	22	—	—
Liberty Syndicates (iii)	92	368	212	438	14	(191)
Total	93	2.445	213	2.586	(22.101)	(21.313)

i) Corresponde, basicamente, ao rateio de despesas entre a Liberty Seguros S.A. e a Indiana Seguros S.A..
 ii) Empresas do grupo, subsidiárias do grupo Liberty International, referem-se à transações de despesas administrativas.
 iii) Empresas do grupo, subsidiárias do grupo Liberty International, referem-se à transações de resseguro. A Companhia não detém saldo com pessoal-chave.
Remuneração do pessoal-chave da administração: É estabelecida anualmente, pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria, a ser distribuída entre estes conforme deliberado em Reunião de Diretoria, observada a legislação vigente. Não há remuneração a pagar em 31/12/2018.
(c) Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Companhia, quaisquer diretores ou administradores da própria Companhia, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Companhia empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.
20. Eventos subsequentes: Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

Contador: Rogério do Nascimento, CRC 1SP259014/O-4
Atuário: Leonardo Diamante, MIBA 1544

Diretoria		Resumo do relatório do comitê de auditoria		Contador		Atuário	
Carlos Adrian Magnarelli Presidente	Paulo Tadeu Umeki Vice-Presidente	Marcos Machini Diretor		Rogério do Nascimento CRC 1SP259014/O-4		Leonardo Diamante MIBA 1544	

O Comitê de Auditoria da Indiana Seguros S.A. funciona de forma aderente às disposições da Resolução nº 312/14 do Conselho Nacional de Seguros Privados, e ao seu Regulamento Interno aprovado pela Administração. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos, com foco nas atividades: • De manutenção dos registros contábeis, da adoção das práticas contábeis estabelecidas pelos reguladores, e de preparação e elaboração das demonstrações financeiras; • Da Auditoria Externa, avaliando escopo e desempenho dos trabalhos na área contábil voltados ao parecer sobre as demonstrações financeiras, que incluem as revisões dos controles internos, das práticas contábeis adotadas, dos trabalhos nas áreas de impostos e TI para o mesmo fim, e ainda trabalhos destinados a verificar o cumprimento de disposições

Aos Acionistas e Administradores da Indiana Seguros S.A. - São Paulo - SP. CNPJ: 61.100.145/0001-59. Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. ("Sociedade"), em 31 de dezembro de 2018, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o

regulatórias, considerando a habilitação e independência da Companhia e seus membros; • Da Auditoria Interna, avaliando a efetividade, grau de abrangência e resultados dos trabalhos, posicionamento na estrutura e independência, considerando também os trabalhos realizados pela Auditoria Interna da Matriz ("Corporate Internal Auditors"); • Dos processos, sistemas e controles implementados (incluindo a Ouvidoria) visando o cumprimento de dispositivos legais e normativos e os regulamentos e códigos internos. As análises do Comitê desenvolveram-se com base nas informações e documentos recebidos dessas e de outras áreas da Companhia, em reuniões com seus titulares, em reuniões próprias do Comitê, e em reuniões com o Diretor Presidente, a quem foram oferecidos os comentários pertinentes. Essas análises e conclusões estão registradas em atas das reuniões. Em resultado, o Comitê não tomou conhecimento de qualquer evento significativo ou denúncia de descumprimento de normas, ausências de controles,

Parecer dos auditores independentes
 objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como o atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2018 foram

ato ou omissão da Administração, indicativas de fraudes, falhas ou erros que possam colocar em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade das demonstrações financeiras. O Comitê de Auditoria revisou previamente à sua publicação, as demonstrações financeiras e notas explicativas da data base 31 de dezembro de 2018, com a área de Contabilidade e com os Auditores Independentes, obtendo explicações pertinentes e concluindo, consideradas as suas responsabilidades e as limitações de escopo e alcance de sua atuação, que tais documentos estão adequados, foram produzidos de acordo com as normas aplicáveis e refletem nos aspectos relevantes a situação patrimonial e financeira da Companhia.
 São Paulo, 25 de fevereiro de 2019
Daniel C. Dominguez Massola

Renato Skaf dos Santos
Luiz Roberto Cafarella

elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios DPVAT, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe correspondência dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, em seus aspectos mais relevantes.
 São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

Ernst & Young Serviços Atuariais S.S.
 CNPJ 03.801.998/0001-11
 CIBA 57
Ricardo Pacheco
 MIBA 2.679

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
 as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações financeiras:** A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos

–☆ **continuação** – que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza

relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2019

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6
Eduardo Wellichen
Contador CRC-1SP184050/O-6



General Shopping e Outlets do Brasil S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 08.764.621/0001-53 – NIRE 35.300.340.833

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de janeiro de 2019

1. Data, Hora e Local: Realizada no dia 17 de janeiro de 2019, às 15h, na sede social da General Shopping e Outlets do Brasil S.A., localizada na Avenida Angélica, 2.466, 24º andar, conjunto 241, Consolação, CEP 01228-200, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Convocação enviada aos membros do Conselho de Administração, em 10 de janeiro de 2019, nos termos do artigo 15 do Estatuto Social da Companhia, estando presentes a maioria dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Alessandro Poli Veronezi, que convidou o Sr. Ricardo Castro da Silva para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a retificação e ratificação das deliberações tomadas na reunião do Conselho de Administração da Companhia iniciada em 21 de dezembro de 2018 e encerrada em 26 de dezembro de 2018 após a suspensão dos trabalhos ("Reunião Original"); (ii) a ratificação da celebração de contrato de compra e venda de quotas de emissão da Vanti Administradora e Incorporadora Ltda. ("Vanti"); (iii) a ratificação da celebração de contrato de compra e venda de quotas de emissão do Fundo de Investimento Imobiliário - FII Top Center ("FII"); e (iv) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas. **5. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, os membros do Conselho de Administração da Companhia presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, deliberaram o que segue: **5.1.** Em razão de exigências procedimentais da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. ("B3"), retificar e ratificar as deliberações tomadas na Reunião Original, conforme abaixo: **5.1.1.** Retificar a data de referência para apuração da base acionária da Companhia, de modo que farão jus aos dividendos os detentores de ações da Companhia no encerramento do pregão de 08 de fevereiro de 2019, sendo as ações da Companhia negociadas ex-dividendos na B3 a partir de 11 de fevereiro de 2019. **5.1.2.** Ratificar todos os atos praticados pela Diretoria da Companhia necessários à efetivação e implementação das deliberações tomadas na Reunião Original. **5.1.3.** Ratificar todas as demais deliberações tomadas na Reunião Original, deixando consignado o que segue: **5.1.3.1.** Considerando a posição de 67.512.149 (sessenta e sete milhões, quinhentos e doze mil, cento e quarenta e nove) ações na data em que as deliberações ora retificadas e ratificadas foram tomadas, desconsideradas as ações em tesouraria, cada ação de emissão da Companhia assegurará a seu titular o direito ao recebimento de:

	Valor/Quantidade por Ação	Valor de Referência
Parcela em Dinheiro	R\$ 3,06965410033	n/a
Parcela In Natura	01 (uma) quota de emissão do FII ou, alternativamente, 01 (uma) Debênture Perpétua	aproximadamente R\$ 9,21

5.1.3.2. Para fins do pagamento da Parcela In Natura, os acionistas que fizerem jus aos dividendos deverão informar à Companhia se desejam receber Debênture(s) Perpétua(s) entre os dias úteis 13 de fevereiro de

2019 (excluída tal data) e 20 de fevereiro de 2019 (incluída tal data), ou seja, nos dias 14, 15, 18, 19 ou 20 de fevereiro de 2019, observado que, não havendo manifestação dentro de tal prazo, a Parcela In Natura será paga ao acionista mediante a entrega de quota(s) do FII. Exercida a opção pelo recebimento da Parcela In Natura em Debênture(s) Perpétua(s), a participação do acionista será integralmente paga de acordo com essa alternativa, não se admitindo, portanto, exercício parcial da opção. **5.1.3.3.** A distribuição dos dividendos (tanto a Parcela em Dinheiro como a Parcela In Natura) será ratificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ser realizada em 08 de fevereiro de 2018, conforme edital de convocação e proposta da administração divulgadas no dia 09 de janeiro de 2019. **5.2.** Ratificar a celebração, em 26 de dezembro de 2018, do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a Securis Administradora e Incorporadora Ltda. ("Securis"), sociedade controlada pela Companhia, com a interveniência e anuência de Vanti, por meio do qual a Companhia adquiriu da Securis 9.999 quotas totalmente subscritas e integralizadas de emissão da Vanti, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, representativas de 99,99% do seu capital social, pelo valor total de R\$ 9.999,00 ("CCV Vanti"). **5.2.1.** Consignar que, após a celebração do CCV Vanti, parte da realocação de ativos objeto do item 5.1.2 da ata da Reunião Original foi implementada por meio da incorporação, pela Vanti, das parcelas cindidas da Securis e da Levian Participações e Empreendimentos Ltda., compostas pelas participações por elas detidas nas subsidiárias indicadas no Anexo I da Reunião Original, detentoras de shoppings também descritos no referido Anexo I. **5.2.2.** Consignar que, também no âmbito da realocação de ativos objeto do item 5.1.2 da ata da Reunião Original, todas as quotas de emissão da Vanti adquiridas pela Companhia por meio do CCV Vanti serão conferidas para o FII, nos termos do Compromisso de Subscrição das Cotas do FII, celebrado em 21 de dezembro de 2018 entre a Companhia e o FII. **5.3.** Ratificar a celebração, em 07 de janeiro de 2019, do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças entre a Companhia e a Securis, com a interveniência e anuência do FII, por meio do qual a Companhia adquiriu da Securis 603.170 quotas totalmente subscritas e integralizadas de emissão do FII, com valor de R\$ 0,00187072 cada, representativas de 100% do seu patrimônio líquido, pelo valor total de R\$ 1.128,36. **5.4.** Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros fisicamente presentes. Mesa: Alessandro Poli Veronezi - Presidente; Ricardo Castro da Silva - Secretário. Conselheiros Fisicamente Presentes: Alessandro Poli Veronezi, Victor Poli Veronezi, Antonio Dias Neto, Edgard Antonio Pereira, Augusto Marques da Cruz Filho e Ricardo Castro da Silva. **Confere com a original lavrada em livro próprio.** São Paulo, 17 de janeiro de 2019. Mesa: **Alessandro Poli Veronezi** - Presidente; **Ricardo Castro da Silva** - Secretário. JUCESP sob nº 58.557/19-2, em 30/01/2019. (a) Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Termoelétrica Interlagos S.A.

CNPJ/MF nº 14.827.148/0001-09

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 (Valores Expressos em Milhares de Reais)

Balço Patrimonial			Balço Patrimonial			Demonstração dos Fluxos de Caixa		
	2018	2017		2018	2017		2018	2017
Ativo Circulante	13.419	16.833	Passivo Circulante	28.240	30.698	Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	5.726	6.919	Financiamentos	1.543	1.305	Lucro antes do IR e da CS	32.953	34.144
Contas a receber de clientes	5.445	9.159	Partes relacionadas	340	708	Ajustes de		
Tributos a recuperar	1.154	755	Lucros a pagar	23.112	25.758	Depreciação	3.807	3.102
Partes relacionadas	1.094	-	Tributos a recolher	3.236	2.927	Provisão de restituição de energia	(5.710)	(2.725)
Não circulante	50.243	49.151	Adiantamentos de clientes	9	-	Baixa de bens do ativo imobilizado	49	-
Realizável a longo prazo	-	-	Não circulante	4.065	3.929	Juros e variações monetárias - partes relacionadas	(618)	(832)
Partes relacionadas	14.770	12.383	Financiamentos	4.065	3.929	Partes relacionadas	6.344	-
Imobilizado	35.473	36.768	Patrimônio líquido	31.357	31.357	Juros de financiamentos	646	575
Total do ativo	63.662	65.984	Capital social	31.357	31.357	Variações nos ativos e passivos		
			Total do passivo e do patrimônio líquido	63.662	65.984	Contas a receber	3.715	(5.475)
						Tributos a recuperar	(399)	(719)
						Adiantamento de clientes	8	-
						Compra de energia a pagar (PLD-CCEE)	-	(780)
						Tributos a recolher	(248)	344
						Caixa gerado pelas operações	40.548	27.634
						Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.454)	(1.438)
						Juros pagos de financiamentos	(584)	(591)
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	38.510	25.605
						Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-	-
						Aquisição de imobilizado	(2.561)	(2.166)
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(2.561)	(2.166)
						Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	-	-
						Lucros pagos	(33.772)	(27.280)
						Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.292)	(394)
						Obtenção de financiamentos	1.604	1.806
						Partes relacionadas	(3.682)	2.223
						Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(37.142)	(23.645)
						Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(1.193)	(206)
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.919	7.125
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.726	6.919

As Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes encontram-se à disposição na sede da Companhia



balanços das empresas públicas

Compromisso com a transparência

- A **Secretaria da Fazenda**, em parceria com a Imprensa Oficial, reuniu os balanços dos últimos 5 anos das empresas públicas;
- Em sintonia com as mais modernas práticas de **governança corporativa**.

www.imprensaoficial.com.br/empresaspublicas

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO